

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 15-12-2021

Ata nº 24

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigues	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	F

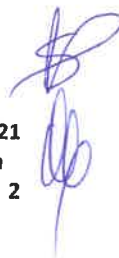
P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 07-12-2021

Operações Orçamentais	701.772,42€
Operações de Tesouraria	555.596,57€
Documentos	0,00€

Início da reunião: 09:30 horas

**Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, a Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.**



## I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião começando por se referir ao número de casos positivos no concelho, apontando para nove casos positivos, alertando que esta informação foi a remetida na sexta-feira passada, pois na segunda-feira não foram remetidos dados ao Município, tal como habitual.

O Vereador José Custódio Domingues pediu a palavra para afirmar que estes números são exceção no distrito, colocando Melgaço com poucos casos positivos quando comparado com os restantes concelhos do Alto Minho, que tem números superiores.

O Presidente da Câmara prosseguiu dando conta da visita da Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, que em reunião com o Dr. Nuno Brito, teve oportunidade de conhecer ainda mais sobre o Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar (NUTRIR), instalado no concelho. Este projeto está a ganhar mais força, sendo que apesar de neste momento ter sido alargado a todo o Alto Minho, há ambição de o alargar ao nível regional e nacional, como exemplo de projeto piloto, tendo a Senhora Ministra demonstrado todo o empenho em apoiar este projeto. Informou ainda, que os organismos Espanhóis estiveram presentes no lançamento deste projeto e que já se encontram a desenvolver projeto semelhante na Galiza.

O Presidente continuou a sua intervenção para se pronunciar sobre a Festa do Espumante, garantindo que os resultados foram muito bons do ponto vista da visitação, tendo-se notado a participação de público externo ao território, as vendas, do que foi possível apurar junto dos produtores também foram favoráveis, em termos de segurança, face à pandemia por COVID-19, pode-se avaliar como um sucesso, uma vez que não houve qualquer impacto no número de infetados após a realização do evento.

O Vereador Manuel Fernandes questionou se já era possível confirmar os cinco mil visitantes no certame.

O Presidente da Câmara respondeu que a contabilização do número de visitante é feita através do número de copos vendidos, feitas contas, os números são muito próximos dos cinco mil.

O Presidente esclareceu ainda, que o jantar de Natal do Município já se encontrava agendado para o próximo dia 17 de dezembro, este convívio é organizado pela associação de trabalhadores em colaboração com o Município, após alguma reflexão sobre a evolução da pandemia por COVID-19, considerou-se que não deveria ocorrer esse momento de convívio, pelo que, à semelhança do ano anterior, irá ser entregue a cada colaborador um voucher para gastar junto dos restaurantes do concelho. Já a típica Festa de Natal das crianças, terá lugar no próximo dia 18 de dezembro, mas também esta, em diferentes moldes, sendo que apenas serão entregues os presentes, sem que exista lanche nem os habituais jogos e diversões.

Referiu-se também, à iluminação de Natal colocada nas ruas do concelho, a inauguração decorreu no passado dia 4 de dezembro, disse crer que a iluminação juntamente com a programação de Natal para este mês de dezembro irá proporcionar alguma dinâmica ao espaço urbano.



Informou que arrancou a obra de manutenção da rede abastecimento de água, afirmou que se dúvidas havia sobre se seria possível fazer requalificação dos sistemas sem integrar as Águas do Alto Minho, ficam estas desfeitas.

Salientou a atribuição ao Município do selo de bronze da Earthcheck – órgão acreditado pela Global Sustainable Tourism Council (GSTC) para certificar destinos turísticos.

O Presidente da Câmara deu conta que no se refere à cobertura de rede de comunicações este processo se encontra a avançar a todo o gás com a Altice Portugal, com especial cuidado pelos locais em que ainda não chega, como os Ribeiros, em Castro Laboreiro. Após visita aos locais já se deu início ao processo de estudo dos equipamentos necessários para a concretização da cobertura. A Senhora Ministra da Coesão Territorial trouxe boas notícias sobre os propósitos nacionais que felizmente vem ao encontro dos propósitos locais, ao pretender que todos os pontos do país tenham, acesso a rede de comunicações.

Referiu-se ainda às reclamações no Centro de Saúde, disse lamentar que estas sejam feitas nas redes sociais e não nos locais próprios. Informou que já reuniu com os responsáveis para perceber quais as dificuldades que existem no atendimento, disse ter percebido que se estão a fazer esforços para melhorar o atendimento a todos os níveis, contudo existem muitas limitações. O Município já mostrou total disponibilidade para ajudar o Centro de Saúde a superar estes constrangimentos. Afirmou, que se tem que fazer o caminho e que a saúde tem que ter os melhores, custe o que custar.

Prosseguiu para dizer que na qualidade de Presidente da CIM Alto Minho também teve oportunidade de reunir com o Conselho de Administração ULSAM, aproveitou para lhes sugerir a realização de investimento nos centros de saúde no âmbito do PRR, pois muitos são os que precisam, nem será o de Melgaço dos prioritários.

Deu ainda nota da sua preocupação sobre o decurso dos processos da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, disse que esperava que continuem conscientes de que o Município está disponível para ajudar.

O vereador Manuel Fernandes solicitou a palavra para se referir à Festa do Espumante, afirmando que em termos gerais considerava ter corrido muito bem. Parabenzou a visita da Ministra da Coesão Territorial à Festa, onde foi possível perceber a sua preocupação com algumas questões importantes para o território, em especial as relativas à rede de comunicações, apreciou que a Ministra tenha garantido que apesar de estar a decorrer o processo eleitoral o projeto avança. Prosseguiu pronunciando-se sobre a falta de energia pontual na Festa do Espumante, que apesar de ter decorrido de forma tranquila foi um incidente lamentável e que é importante não se repetir. Também no que diz respeito ao operador de restauração, disse ter conhecimento de que este sentiu dificuldades, pois a potência de energia não era suficiente para os equipamentos utilizados, apesar de serem questões internas, que não foram sentidas pelos visitantes do evento, são aspetos importantes que devem ser melhorados.

Referiu-se ainda, no âmbito do Protocolo celebrado pela Câmara Municipal com a VentoMinho, em que afirmou terem votado favoravelmente com a reserva de vir a ser apresentados elementos que reforcem a convicção quanto ao impacto das soluções na gestão, nomeadamente, nas



finanças do Município e os ganhos com o aumento da potência. Afirmou que considera que seria importante apresentar esses dados.

O Presidente da Câmara respondeu as questões apresentadas pelo Vereador, assegurou que as questões técnicas na Festa do Espumante são lamentáveis e não são desejáveis, explicou que foi fruto de um curto-circuito, são situações que nem sempre são fáceis de prever e de reverter, contudo foi resolvido o mais rápido possível. Quanto às condições da cozinha afeta ao restaurante, são criadas as melhores condições possíveis, até melhores que em muitas cozinhas que existem na praça. Saudou o Nuno, proprietário do estabelecimento de restauração, pela disponibilidade em estar presente no certame, pois tem se verificado dificuldades em encontrar empresas de restauração local que queiram estar presentes, uma vez que a restauração em Melgaço, felizmente, está bem, tendo nestes períodos mais clientes, pelo que não tem interesse em se deslocarem para o local do evento, este teve interesse porque está a começar a sua trajetória.

Relativamente às eólicas, a revisão do protocolo foi necessária porque as condições já não se encontravam atualizadas, o preço de venda da energia diminuiu, tal como os impostos, pelo que se considerou importante renegociar. Quanto às duas eólicas que vão ser colocadas irão produzir muita mais energia do que as atuais, a substituição dos atuais equipamentos para mais modernos poderá trazer vantagens para todos em especial para as empresas. Afirmou que ainda, não foi realizado esse estudo pois os serviços estão focados em outras áreas, afinou não ter dúvidas de que ficaríamos a ganhar com estas mudanças, mas em breve em parceria com a VentoMinho será possível fazer esse balanço.

O Vereador José Augusto Rodrigo requereu a palavra para congratular a Ministra Ana Abrunhosa pelos temas abordados e pelas preocupações demonstrou pelo território.

O Vereador Manuel Fernandes interveio para se pronunciar sobre as questões afetas à saúde, em especial ao funcionamento do Centro de Saúde, disse que estava consciente que havia muito a melhorar não só ao nível dos administrativos, talvez fosse necessária a presença de gerações mais jovens para criarem outra dinâmica. Afirmou que também a oposição estava preocupada com os processos da Santa Casa da Misericórdia, pois tem existido vicissitudes de contexto, disse que na sua opinião pessoal, as coisas poderiam ter sido conduzidas de outra forma se existisse mais bom senso por parte dos intervenientes, concluiu que por vezes as pessoas deixam-se levar pelo orgulho e vaidade.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

314. Presente para efeitos de aprovação a Ata n.º 21 de

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 21 de 27-10-2021, não tendo participado na votação o Vereador José Adriano Esteves Lima e a Vereadora Maria de Fátima Táboas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

315. Justificação de Faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

## **Divisão de Planeamento e Gestão Territorial**

316. Presente para efeitos de aprovação a proposta de alteração às certidões de Propriedade Horizontal para as Habitações Sociais do Município no âmbito do 1.º Direito, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10893 de 03-12-2021 e no uso da competência prevista no n.º3 do artigo 66.º, RJUE, na sua redação atual, aprovar a proposta de alteração às certidões de Propriedade Horizontal para as Habitações Sociais do Município no âmbito do 1.º Direito. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

317. Presente requerimento de João Paulo Rodrigues a solicitar emissão de certidão de compropriedade, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10770 de 30-11-2021 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, aprovar a emissão de certidão de compropriedade, relativo aos prédios inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º1356 e artigo n.º8092, da freguesia de Paderne

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

318. Presente requerimento de Joaquim Herculano Sousa Maia a solicitar emissão certidão de ruínas do imóvel inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 294 da freguesia de Gave, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa a presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10774 de 30-11-2021 e de acordo com o n.º5 do artigo 46.º do CIMI, aprovar a emissão de certidão de imóvel em ruínas inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 294 da freguesia da Gave.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

319. Presente requerimento de Patrícia Lemos a solicitar a colocação de lombas redutoras de velocidade na Estrada Nacional 301, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10442 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o indeferimento da petição da requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

320. Presente requerimento da Junta de Freguesia de Cristóval a solicitar a colocação de lombas redutoras de velocidade em várias artérias da freguesia, que ficará anexa à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.





O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10440 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o indeferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

321. Presente requerimento de Ana Maria Sarandão de Freitas, colaboradora da Segurança Social de Melgaço, a solicitar a atribuição de dois lugares de estacionamento para os utentes do serviço, que ficará anexo a esta ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10439 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o deferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

322. Presente requerimento da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Vila e Roussas a solicitar a colocação de lombas redutoras de velocidade no lugar da Assadura, que ficará anexo a esta ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10438 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o deferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

323. Presente requerimento da empresa Radar do Exito, Lda. a solicitar a atribuição de dois lugares de estacionamento reservados para cargas e descargas na Rua Fonte da Vila, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10436 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o indeferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

324. Presente requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Melgaço a solicitar a colocação de sinal, no Convento das Carvalhiças, a indicar estacionamento reservado ao Pároco, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10435 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o deferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

325. Presente requerimento de Manuel Rui Lourenço Moreira a solicitar colocação de sinalização de proibição de estacionamento na Rua Velha, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10432 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o indeferimento da petição do requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

326. Presente requerimento da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Prado e Remoães a solicitar a colocação de lombas redutoras de velocidade em Prado, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10430 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do Regulamento Municipal de Trânsito, aprovar o indeferimento condicionado da petição do requerente, comunicando-lhe que não serão colocadas lombas redutoras em toda extensão do pedido, apenas no troço compreendido entre a Igreja de Prado e o lugar de Sto Amaro e que já foi deliberado a colocação de sinalização vertical nos restantes locais.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

327. Presente para efeitos de ratificação o Acordo de Colaboração com a Movijovem para a criação do Cartão Jovem Municipal, que ficará anexo à presente ata. O Técnico do serviço prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara explicou que em conversa com Ministro do desporto, educação e juventude decidiram resgatar essa ideia antiga, consideraram que é importante, uma vez que tem uma aplicação nacional e internacional.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10445 de 19-11-2021 e no uso da competência prevista nas alíneas e) e u) do n.º1 do artigo 33.º e n.º3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Acordo de Colaboração com a Movijovem para a criação do Cartão Jovem Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

328. Presente para efeitos de aprovação o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2022, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara disse que todos os anos este documento vem a renovação, este ano com uma nova medida que se desenvolveu durante os dois anos de pandemia, trata-se da atribuição de um cartão com um plafond de cinquenta euros por membro do agregado familiar, para gastar no comércio local, em bens de primeira necessidade.



O Vereador Manuel Fernandes afirmou que fez um resumo até ao ano de 2017, ano até ao qual assumiu competências, e verificou a inovação explanada pelo Sr. Presidente. Prosseguiu afirmando que este documento nasceu com o objetivo de estimular a natalidade, foi crescendo e alargando a sua abrangência. Contudo, no que diz respeito à natalidade é visível que estes incentivos não têm surtido efeito, pois esta tem-se mantido estável, mas em 2020 esta teve uma redução significativa, pelo que afirmou ser importante verificar os motivos e perceber que mecanismos se podem utilizar para contrariar esse sinal.

O Vereador propôs algumas medidas, como devolução de 5% da participação variável de IRS, redução para 0,3% o IMI, redução das tarifas de água e resíduos na época baixa, bem como, converter alguns dos apoios em vales a gastar no comércio local. Quanto à majoração do IMI, posição destes últimos quatro anos, afirmou que apesar de perceberem que o objetivo é exercer pressão sobre os proprietários, esta poderá não trazer os resultados pretendidos, afincaram que o caminho deveria passar pelo plano do apoio à reabilitação. Explicou que estas medidas punitivas não se traduzem em mecanismos de recuperação.

O Presidente da Câmara respondeu que existe mais que um incentivo à natalidade, nomeadamente um dos incentivos abrange ainda o comércio local, pois trata-se do pagamento de faturas de compras de puericultura no comércio local, até ao montante máximo de 100,00€ por mês, nos primeiros seis meses de vida da criança. A diminuição da natalidade, nesse período, não aconteceu apenas em Melgaço, mais sim no Alto Minho todo, dados apresentados pela ULSAM do Alto Minho, pelo que devemos estar atentos, mas conscientes de que é um fenómeno que não abrange apenas o nosso concelho, mas sim todo o Distrito, pelo que a solução deverá passar pela criação de economia e não tanto pela atribuição de subsídios.

Quanto à majoração do IMI, disse que estava certo que esta estava a surtir o efeito pretendido, pois numa volta pelo concelho muitas são as casas em ruínas, contudo, por exemplo em Chaviães e Paços, na última visita à freguesia teve conhecimento de sete ou oito casas em ruínas que teriam sido compradas para reabilitação. Este fenómeno também se verifica na Divisão de Obras Particulares, onde há um aumento do número de projetos de reabilitação. É visível que estamos a crescer, fruto dos pilares do turismo e do vinho, que levam à necessidade de construções, tal como a Zona Empresarial de Alvaredo, também terá um papel importante para esse crescimento habitacional. Também em Cristoval, o Presidente da Junta dava nota da compra e casas em ruínas para reabilitação, em especial de um norte americano que já se instalou.

Acrescentou que a pressão sobre o IMI já era anterior à sua Presidência e que a mesma não deveras significativa, contudo pretende ser um sinal para os proprietários tomarem decisões, e colocarem esses imóveis nas mãos de quem pretende reabilitar.

Afirmou que estas eram notas de que o concelho se encontrava a crescer, fruto também, dos pilares do turismo e do vinho. A Zona Empresarial também será um importante passo, uma vez que já há empresas interessadas e que já se outorgaram três contratos de



promessa com empresas para aquisição de lotes, ainda existe uma quarta que está em negociação. Estas empresas proporcionarão trabalho em quadros superiores e médios.

O Vereador Manuel Fernandes interveio para dar conta de que o Hotel Ranhada, por exemplo, também se encontra em ruínas e o Município é um dos proprietários.

O Presidente da Câmara respondeu que o Hotel Ranhada não é um processo esquecido, e que neste momento já possui projeto de reabilitação, no qual o Município na qualidade de proprietário assumiu as suas responsabilidades na proporção do que corresponde. Este projeto foi desenvolvido em concordância com todos os herdeiros do imóvel.

Pediu a palavra o Vereador José Rodrigo para se pronunciar sobre os incentivos à natalidade, afirmou que apesar de os considerar importantes, não são estes que determinam o crescimento das famílias, pois mais importante que estes incentivos iniciais é a estabilidade económica, a qual é difícil com o rendimento mínimo. Disse que o que verdadeiramente pode incentivar o aumento da natalidade no concelho é a criação de empresas, não de grandes empresas, mas antes de boas empresas. Afincou que não há tempo para pensar agora é necessário agir. Apesar de apoiar estes incentivos disse que o problema da natalidade é mais profundo e reside na estabilidade económica das gentes de Melgaço na qual é necessário investir, afirmou que ele e os restantes membros da oposição estão inteiramente disponíveis para ajudar na concretização dos projetos necessários para alcançar estes objetivos.

O Vereador José Adriano Lima interveio afirmando que concorda com o Vereador José Rodrigo, nomeadamente no sentido de que é importante criar riqueza a partir do território e assim garantir estabilidade económica às famílias para promover a natalidade. E que não são os incentivos à natalidade que determinam que as pessoas decidam ter filhos, contudo são mais um incentivo e o PDSS tem sofrido uma evolução positiva, pelo que considera que, apesar da redução na sua procura, será de manter tal apoio. Com efeito, existem outros apoios que fomentam a fixação no concelho, sendo que nem sempre são muito procurados, mas não deixam de ser importantes. Por exemplo, existe o apoio para a construção de habitação para os jovens que os isenta do pagamento de taxas urbanísticas, o qual durante vários anos não teve procura, mas nos últimos anos tem tido. Às vezes é uma questão de divulgação. Já, por exemplo, tem dificuldade em perceber uma proposta de redução das tarifas do serviço de água nas épocas baixas, pois são despesas básicas de qualquer um de nós nas nossas casas e de qualquer negócio e considera difícil definir quais são as épocas altas e baixas... questionando se são agora no Natal, na Festa do Alvarinho, no Verão ou por ocasião da Festa do Espumante. Referiu que são muitos os eventos desportivos e culturais ao longo do ano que atraem muitos visitantes a Melgaço e promovem a economia local. E mais, mesmo que se determine uma época baixa, considera demagoga tal proposta, pois se supostamente os comerciantes tem menos movimento também vão ter menos gastos com água.

O Executivo deliberou, por maioria, com 2 abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10948 de 06-12-2021, a aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2022. Sobre este assunto os vereadores da bancada PPD/PSD, apresentaram declaração de voto.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

329. Presente para efeitos de aprovação requerimento de Fernando de Oliveira a solicitar a solicitar apoio no domínio da saúde, que ficará anexo a esta ata. A técnica dos serviços prestou a informação que focará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10400 de 19-11-2021 e de acordo com o n.º2 e 3 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Saúde, atribuir apoio no valor de 100,00€. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Gestão Municipal

330. Presente para efeitos de aprovação da segunda alteração à Declaração de Utilidade Pública dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra "Fase 1 da Zona Empresarial de Alvaredo", que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º10972 de 07-12-2021e no uso da competência prevista na alínea vv) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro conjugada com a alínea b) do n.º1 do artigo 10.º do Código das Expropriações, a aprovação da proposta de segunda alteração à Declaração de Utilidade Pública dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra "Fase 1 da Zona Empresarial de Alvaredo", e submeter à próxima reunião da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista no n.º2 do artigo 14.º do Código das Expropriações.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

331. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal a autorização do investimento, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º10889 de 03-12-2021 e no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º1 do art.º33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a submissão à Assembleia Municipal, para discussão e autorização, conforme dispõe o n.º2 do art.º51.º da Lei n.º75/2013, de 3 de setembro, aprovar a autorização de investimento.

Sobre este assunto os vereadores da bancada PPD/PSD, apresentaram declaração de voto. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

332. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal, a majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2021, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador José Rodrigo pediu a palavra para declarar que considerava que o mais importante era definir uma estratégia para dotar aos proprietários de meios para procederem à reabilitação dos edifícios. Afirmou que do seu ponto de vista com outro tipo de estratégia assente no apoio aos proprietários os resultados seriam melhores.



O Vice-Presidente José Adriano Lima respondeu ao Vereador para lhe explicar que existem diversos apoios à reabilitação quer ao nível nacional quer ao nível local.

O Presidente disse ainda que a pretensão é criar um espaço de atendimento, apoio técnico e aconselhamento aos munícipes, de forma a perceberem quais os apoios que tem disponíveis. Este projeto ainda não avançou porque os serviços têm estado subcarregados com outros projetos, nomeadamente a Zona Empresarial de Alvaredo.

O Vereador José Rodrigo questionou sobre a divulgação à população dos apoios disponíveis.

O Presidente da Câmara respondeu que essa informação está disponível no Portal do Município e que no ano passado foi feita uma campanha publicitária sobre os apoios oferecidos pelo Município aos diferentes níveis, incluindo a reabilitação de imóveis.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº10885 de 03-12-2021 e de acordo com a alínea ccc), do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e nº8 do artigo 112º do Código do IMI, a majoração em 30% da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2021.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

333. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal a adjudicação da aquisição de serviços para "Certificação por auditor externo das contas anuais do Município de Melgaço", que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador José Rodrigo disse que considerava importante a continuidade do serviço, apesar de ter ficado surpreso por se tratar de uma empresa da Guarda, mesmo tendo apreciado que as deslocações já se encontram incluídas no preço final. Por outro lado, também garantiu que já percebeu que se trata de um serviço de qualidade e de uma empresa especialista na área e detentora de bons técnicos.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º10444 de 19-11-2021, e no uso da competência que lhe confere o n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a adjudicação à empresa **Marques de Almeida, J.Nunes, V.Simões & Associados**, no valor de **16.680,00€**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

334. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal a proposta de contratação de Empréstimo Curto Prazo - 2022, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 9908 de 04-11-2021 e no uso da competência prevista no artigo 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, adjudicar este empréstimo à **Caixa de Crédito Agrícola**, pelo valor de **600.000,00€** e pagamento integral até 31-12-2022, bem como submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Presidência

335. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara apresentou o orçamento de forma resumida aos Vereadores, afirmando que este orçamento foi fruto de uma análise muito ponderada e de um exercício complexo na definição de prioridades atendendo à execução de algumas obras estruturantes como é o caso da Zona Empresarial de Alvaredo.

O Presidente começou por apresentar o valor total da receita e despesas, tendo apresentado uma receita corrente de 13.931.942,00€ e de capital de 12.820.827,00€, já o montante da despesa corrente corresponde a 12.896.712,00€. No quadro das receitas correntes encontram-se por exemplo os rendimentos de propriedade, no montante 1.431.819,00€, que correspondem ao valor pago pelas eólicas ou as rendas das EDP, também abrange a venda de bens e serviços, que são os montantes pagos pelo serviço de água, resíduos ou os proveitos do Solar do Alvarinho os quais correspondem a 1.979.162,00€. Na despesa corrente estão englobadas por exemplo, as despesas com pessoal, no valor de 5.432.103,00€, as aquisições de bens e serviços no montante de 6.014.825,00€ ou os subsídios a instituições do concelho no valor de 344.250,00€, valor que tem vindo a aumentar ao longo dos anos e que deve continuar pois muitas delas vão fazer investimentos.

Apresentou o Plano Plurianual de Investimentos destacando alguns dos investimentos previstos, como 352.430,00€ direcionados para apoios no âmbito da habitação social, 998.008,00€ adstritos a Equipamentos Culturais onde se encontra o enquadrado as obras de Requalificação da Igreja do Convento de Paderne. Para equipamentos de lazer estão destinados 2.226.530,00€ correspondentes à empreitada de reabilitação do edifício das piscinas, estando também destinados 1.086.825,00€ a infraestruturas de dinamização do território, onde estão integrados os trilhos do labreiro e mouro, para manutenção da rede viária municipal, apesar de se pretender desacelerar o investimento que já se tem vindo a fazer neste orçamento está destinado um montante de 1.789.046,00€. Por último, o investimento mais significativo é para a Zona Empresarial de Alvaredo com um montante 2.226.530,00€, sendo este o grande foco deste orçamento.

Afirmou que um dos objetivos passa pela diminuição do endividamento, contudo é necessário agora assumir compromissos para concretizar o desenvolvimento necessário ao concelho.



Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo para questionar sobre o valor consignado em orçamento para a intervenção no Centro Escolar de Pomares, disse que 393 mil euros lhe parecia avultado, contudo também explicou que não conhecia o edifício.

O Presidente explicou que não detém o projeto nem o caderno de encargos da reabilitação do Centro Escolar, mas o edifício já mostra sinais de deterioração e desgaste, desde 2001, data da sua inauguração, qua não sofreu qualquer intervenção, em questões energéticas também necessita de ser renovado, começando pela mudança da caixilharia, todas essas intervenções rapidamente perfazem esse valor.

O Vereador questionou sobre a previsão, quanto ao número de alunos para a escola em causa.

O Presidente da Câmara disse que todos os anos é feito esse exercício, não é possível ter uma previsão exata, mas é possível determinar que esta via continuar a ser necessária, até porque recebe os alunos provenientes da zona de montanha do concelho, mas também de fora dele, nomeadamente, provenientes da Gavieira.

O Vereador José Rodrigo questionou ainda sobre a reabilitação da Casa da Cultura, pediu esclarecimento sobre o que efetivamente se pretende fazer.

Esse investimento não será realizado no orçamento de 2022, esta previsto para os próximos anos. Passa por uma ampliação na parte destinada a biblioteca pois esta já não é suficiente para acolher o espólio, bem como para dar resposta as necessidades pedagógicas dos alunos, pois muito é o trabalho feito nesse setor. Do lado esquerdo do edifício, onde se encontra o auditório, é a intervenção mais profunda, pois passa por demolir o existente e reerguer um novo auditório que passará de uma capacidade de 160 lugares para 240, com desenho, mobiliário e palco diferentes, com uma arquitetura melhor pensada e uma melhor capacidade técnica. Trata-se de um projeto ambicioso.

O Vereador José Rodrigo interrogou sobre o valor da Festa do Espumante ser superior ao da Festa do Alvarinho.

O Presidente da Câmara respondeu que a Festa do Espumante não é mais cara que a do Alvarinho, a rubrica em causa é que agrega o que ainda não foi pago relativo a 2021 e que será liquidado em 2022.

O Vereador José Rodrigo referiu-se ao mapa de pessoal, afirmando que depois de uma análise da despesa com pessoal, importa dizer que existem duzentos e noventa e oito postos de trabalho, o que significa que a Autarquia é responsável por quatro trabalhadores por cada cem, o que é preocupante, a isso acrescem quarenta e seis lugares a ocupar.

O Presidente explicou que o mapa de pessoal traduz o universo dos trabalhadores afetos, por exemplo cerca de cinquenta são colaboradores da Escola, também se encontram os contratos de Emprego Inserção e os lugares de trabalhadores que se encontram em mobilidade, nomeação, comissão de serviços ou licença sem vencimento que apesar de não traduzirem despesa, tem de permanecer o lugar ativo no mapa de pessoal. Os lugares

a ocupar correspondem a trabalhadores que deveríamos integrar. Prosseguiu afirmando que não lhe parece preocupante o rácio apontado pelo Vereador, pois é feita uma gestão de otimização de recursos, em que sempre que há uma necessidade se procura em primeira mão dentro da instituição a solução, por outro lado também existem muitos colaboradores em processo de aposentação, pelo que é importante fazer essa renovação.

Interveio a Vereadora Maria de Fátima Táboas para frisar que também constam do mapa de pessoal os colaboradores afetos a outras entidades como IPVC, Juntas de Freguesia, Finanças, Bombeiros ou Centro de Saúde.

Solicitou a palavra o Vereador José Rodrigo para analisar a situação da Melsport, afirmou que independentemente dos protocolos existentes entre as partes, existem valores a transferir para a empresa. Disse entender que as empresas públicas devem por elas próprias sustentar-se com uma estratégia e plano concreto, não constam dos documentos, a estratégia da empresa nem um plano de negócios, apenas ideias muito genéricas. Questionou ainda, sobre o número de colaboradores da Melsport.

O Presidente da Câmara respondeu que a Melsport conta com quarenta trabalhadores e que diversos são os serviços prestados e as valências a esta empresa adjacentes. A estratégia é clara e tem vindo a afirmar-se nestes últimos anos, claro que a pandemia não contribui favoravelmente para a empresa pois o seu setor foi dos mais afetados. Prosseguiu afirmando que esperava que o Vereador não estivesse a colocar em causa a existência do Centro de Estágios, pois tem sido essencial para o concelho, quer pela atração quer pela prática do desporto. A Melsport tem crescido e tornou-se um serviço essencial para a população de Melgaço e dos vizinhos da Galiza, para não falar da sua relevância para o IPVC. A Melsport tem crescido fruto do trabalho de muitos anos. Não consegue pagar-se a si própria e por isso se tem feito essa relação estatutária e legal, que permitiu gerar mais receita para criar a tão desejada independência, contudo precisa e precisará do Município, até porque possui esse cariz de prossecução do interesse público. Concluiu assegurando que a Melsport estava a trilhar um caminho e que esta empresa que permitiu a implementação da Escola Superior de Desporto e Lazer.

O Vereador José Rodrigo respondeu que em nenhum momento poria em causa a existência do Centro de Estágios, contudo continuava convicto que era necessário criar um plano de atividades mais concreto.

Pediu a palavra o Vice-Presidente para exprimir que concorda com o Vereador, as empresas públicas devem ser tendencialmente sustentáveis. Disse ter estado durante quatro anos na presidência da Melsport e que é um projeto que acarinha. Afirmou que a Melsport é muitas vezes alvo de crítica fácil, esquecendo-se muitas outras vezes que o Município de Melgaço tem a responsabilidade de promover o Desporto e não tem qualquer técnico ou serviço da área, pois tem uma empresa para o efeito e esta que cumpre tal papel. E quando se avalia a Melsport seria interessante avaliar o impacto económico dos seus eventos. Com efeito, são diversos os eventos desportivos desenvolvidos por esta empresa, com os seus funcionários que muito se esforçam, os quais se têm mostrado essenciais para manter e criar dinâmica no concelho. O Vereador questionou qual era a ideia dos Vereadores da Oposição, quem consideravam que deveria

passar a pagar para usar as instalações com vista a essa tão desejada rentabilidade, sem qualquer intervenção do Município, se o IPVC, os Clubes locais, as Associações locais ou os idosos. A Melsport tem vinte anos e não tinha sido feito investimento na manutenção de médio/longo prazo, tendo vindo a tronar-se pouco apelativa, ao que se soma a dificuldade no alojamento. Nos últimos anos, o trabalho foi esse e temos mais projetos como o novo relvado natural. Agora, é preciso criar mais dinâmica e afirmou que sempre disse que era essencial abrir as portas ao nível internacional, até porque é necessário que existam estágios durante todo o ano e é esse trabalho que também se está a desenvolver. Não andamos a dormir, o caminho está a ser feito.

O Vereador José Rodrigo disse que não pretendia pôr em causa, apenas salientar que os documentos económicos apresentados são omissos quanto à estratégia a prosseguir. Disse que esperava que esses propósitos, em especial ao nível internacional fossem alcançados.

Solicitou a palavra o Vereador Manuel Fernandes afirmando que nunca o PSD colocou em causa a existência da Melsport, mas sim a sua gestão ou o verificar da sua ineficácia. O que foi aqui apresentado pelo Vereador José Adriano Lima, parece a estratégia necessária e o que sempre defendeu o PSD. Voltando ao Orçamento, disse ter algumas questões, a primeira relativamente ao ecocentro na Zona Industrial de Penso, para descarga de resíduos de construção, projeto que foi aprovado no último mandato em que exerceu funções de Vereador e ainda não se encontra resolvido. Outra questão que o deixa confuso é que no texto do orçamento é afirmado que temos condições de excelência em diversas áreas, nas quais prevemos fazer obras, é uma contradição. Por outro lado, existem diversos assuntos relevantes que não se encontram presentes neste documento, como por exemplo as Casas de Fronteira em Cristóval, a Zona de Caça Turística, quando numa das reuniões o Presidente disse “agora é que vai ser”, a questão do parapente. No que se refere ao desenvolvimento económico, apenas é nomeado o alvarinho e os produtos regionais, não dando conta dos nossos montes, a pecuária espera por reconhecimento. Outro ponto chave é a revisão do PDM simplificando os processos, nomeadamente do setor pecuário. Por fim vão se falando ao longo do texto introdutório de coisas que não possuem dotação.

O Presidente da Câmara respondeu que se trata de um orçamento com enorme rigor e foco, não sendo possível concretizá-lo de outra forma. É um orçamento que mostra que se está num momento de viragem, mas que se continua a investir nos pontos essenciais. Investimento na rede viária, investimento no turismo com a rede de trilhos, a ecovia que pretende ligar as Termas ao Marco Número 1. Não se avançou com a caça turística, porque foi feito ou outro conjunto de investimentos que colocaram Melgaço como destino de natureza, esse trabalho foi mais importante pois tornou Melgaço como referência. A Agropecuária é um setor decisivo para o território e estão a ser desenvolvidos e colocados no terreno projetos importantes, como por exemplo o NUTRIR. Quanto a regularização das explorações de Agropecuária, esse trabalho já está a ser feito, assim como a regularização das adegas, estas últimas foi um processo mais simples pois não é necessária a intervenção do ICNF, que em nada facilita este processo. Relativamente ao ecocentro este nasceu para um espaço de compostagem e foi deixado em aberto para concretizar a sua evolução para o recebimento de resíduos de construção. As Casas de Fronteira, não estão esquecidas, mas não se pode carregar no orçamento todas as coisas que poderão acontecer, pois aí estaria a empolar o orçamento, colocam se apenas o que será certo de atingir os restantes,

no entanto continua se a trabalhar e se for possível concretizar mais, altera se o orçamento e inclui-se. Por último, o parapente, não avançou simplesmente por questões de segurança e esse é um motivo o suficientemente forte, contudo poder-se-á voltar a avaliar as condições.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artº33 da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021.

Sobre este assunto apresentaram declaração de voto os Vereadores da bancada PPD/PSD. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 13.10 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Suzana Luz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal



## DECLARAÇÃO DE VOTO (ABSTENÇÃO)

**Dos vereadores eleitos pelo PSD, José Rodrigo e Manuel Fernandes, referente ao assunto n.º 328 (Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2022) da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de Melgaço, de 15/12/2021.**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2022 tem repetido, ano pós ano, com raras exceções, as mesmas medidas que já demonstraram que não são suficientemente aptas a contrariar, quer o decréscimo da natalidade, quer a perda sucessiva de poder de compra dos melgacenses.

Exigia-se, portanto, a definição de novas soluções para produzir resultados mais virtuosos. Mas para isso seria necessário que o Partido Socialista, na Câmara Municipal, se libertasse da sua inação e conservadorismo e apresentasse medidas mais criativas e ousadas ou, em alternativa, acolhesse as medidas propostas pelos vereadores eleitos pelo PSD, cuja razoabilidade e efeito útil estão comprovados por outras gestões autárquicas.

Tendo por objetivo enriquecer o Plano apresentado, os vereadores eleitos pelo PSD apresentaram as propostas que se seguem:

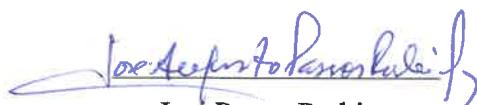
- A atribuição de um apoio financeiro anual de 600 euros a cada criança residente no concelho, até completar três anos de idade, para incentivo à natalidade;
- Redução das tarifas da água e dos resíduos sólidos em época baixa, para o comércio e os serviços;
- Diminuição das taxas de reabilitação/reconstrução dos imóveis degradados, incentivando a construção de habitação tipo T0 e T1;
- Devolução dos 5% da participação variável do IRS (210 387,00€) aos contribuintes, com domicílio fiscal em Melgaço;
- Fixação do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na taxa mínima de 0,3%.

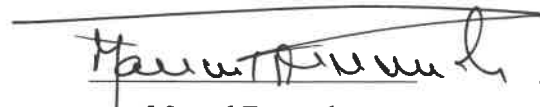
Infelizmente para os Melgacenses, nenhuma destas propostas foi acolhida no Plano em apreço, tanto mais que estamos constituiriam excelentes estímulos à natalidade e promoveriam o aumento do poder de compra dos melgacenses, via diminuição da carga fiscal.

Em qualquer caso, reconhecendo que algumas das medidas do PDSS são positivas, os vereadores pronunciaram-se pela abstenção.

Melgaço, 15 de dezembro de 2021.

OS VEREADORES

  
José Passos Rodrigo

  
Manuel Fernandes



## DECLARAÇÃO DE VOTO (FAVOR)

**Dos vereadores eleitos pelo PSD, José Rodrigo e Manuel Fernandes, referente ao assunto n.º 331 (autorização do investimento, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de Melgaço, de 15/12/2021.**

A construção da Zona Empresarial de Alvaredo representa um investimento de 2.687601,52€, co-financiado pelo FEDER no montante de 1.500.000,00 euros, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, Norte2020, sendo que a parte em falta será financiada de forma partilhada através de um empréstimo junto BEI (713 906,34€) e de recursos financeiros próprios do Município (473 695,18€).

A concretização deste projecto, para além de representar um aumento significativo da capacitação empresarial de Melgaço e a consequente criação de inúmeros postos de trabalho, contribuirá também para combater a sangria populacional que tem vitimado Melgaço nas últimas décadas, e portanto, poderá dar um contributo importante à fixação dos jovens e das famílias.

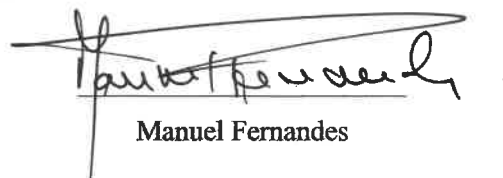
Tendo em conta, os efeitos virtuosos associados à construção da Zona Empresarial de Alvaredo, entendemos que a falta de dotação financeira não poderia nunca constituir justificação para a sua não concretização ou para atrasos no seu desenvolvimento.

Embora habitualmente assumamos posições restritivas relativamente à concessão de autorização de empréstimos de curto e longo prazo, na autorização em apreço, atento o exposto, não poderíamos deixar de votar a favor, o que fizemos.

Melgaço, 15 de dezembro de 2021.

OS VEREADORES

  
José Passos Rodrigo

  
Manuel Fernandes





## DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

**Dos vereadores eleitos pelo PSD, José Rodrigo e Manuel Fernandes, referente ao assunto n.º 332 (majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano 2021) da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de Melgaço, de 15/12/2021.**

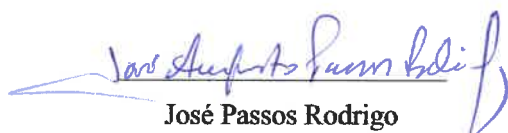
O Município tem vindo a insistir no agravamento da tributação dos proprietários de prédios degradados com o agravamento do IMI, o que, na nossa perspetiva, constitui uma estratégia errada, por não estar associada a políticas públicas dirigidas não só ao apoio e ao incentivo da recuperação, da reabilitação e da qualificação do património urbano degradado, mas também à promoção e ao fomento de desenvolvimento económico e social, designadamente as criadoras de postos de trabalho, tão essenciais à fixação da população.

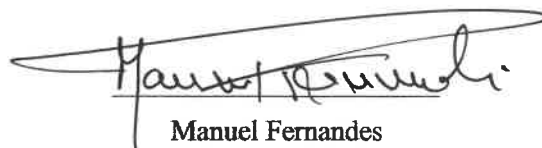
Por outro lado, a medida gera efeitos sociais perversos, pois vitima, na generalidade, as pessoas idosas, a viver das suas parcas reformas, que vêm as suas condições de vida agravar-se pelo impacto que o peso dos encargos prediais tem no seu rendimento disponível, prejudicando, claramente, a satisfação das suas necessidades mais básicas, como a alimentação, vestuário e saúde.

Face ao exposto, só poderíamos votar contra, o que fizemos.

Melgaço, 15 de dezembro de 2021.


OS VEREADORES

  
José Passos Rodrigo

  
Manuel Fernandes



## DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)



**Dos vereadores eleitos pelo PSD, José Rodrigo e Manuel Fernandes, referente ao assunto n.º 335 (Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022) da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de Melgaço, de 15/12/2021.**

Apresentadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 na reunião de Câmara Municipal do dia 15/12/2021, os vereadores eleitos pelo PSD foram tomados por uma dupla desilusão.

A PRIMEIRA DESILUSÃO está relacionada com aquilo que antecipadamente prevíamos.

Confirmou-se que a reunião realizada no transato dia 04 de novembro, em sede de audição prévia para a elaboração do orçamento de 2022, de pouco serviu, a não ser cumprir uma formalidade legal imposta pelo Estatuto dos Eleitos. Com efeito, das 21 propostas, então, apresentadas, só uma foi acolhida, a vigésima primeira, e que se relaciona com a solidariedade partilhada com os concelhos do Alto Minho (Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Viana do Castelo), incluídos na área proposta para prospeção de lítio.

As restantes vinte propostas não são acolhidas ou influenciaram de forma tímida algumas (pouquíssimas) das medidas propostas, o que reflete a baixa ambição como se aborda o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental de Melgaço.

Estamos convictos que a concretização das propostas, por nós, então apresentadas traria uma mais valia significativa à promoção do bem estar e à qualidade de vida dos melgacenses.

A SEGUNDA DESILUSÃO: Tínhamos a expectativa de que este ano pudesse ser diferente: um novo mandato, uma nova vida. Afinal, enganamo-nos.

Claramente, as GOP e Orçamento para 2022 são mais do mesmo. Mudaram-se os tempos mas as mesmas vontades permaneceram. Reproduz-se as intenções dos anos anteriores, as mesmas que não foram suficientemente aptas a fixar as famílias nem os jovens e não atraíram o investimento privado nem criaram postos de trabalho. Insiste-se num modelo de desenvolvimento já caduco e que tem vindo a comprometer o futuro de Melgaço e dos Melgacenses.



Este documento deveria reflectir - e não reflecte - a consciência de que o concelho continua a caminhar para a sua depressão, traduzido, essencialmente, em menos pessoas, em menos empregos, em mais idosos, em mais desertificação social e menos dinamismo económico.

Aliás, o INE, através da 14ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), confronta-nos com a nossa realidade, ao confirmar que Melgaço, em 2019, com o IpC de 62,09, ocupa a última posição dos concelhos do Alto Minho que, no seu conjunto, apresenta a média de 80,50 e, ainda, ocupa a posição 23ª, se considerarmos os 24 concelhos do Minho, superando apenas o concelho de Celorico de Basto. Situação nada compatível com aquilo que nos querem vender.

E ainda para agravar o problema, leva-nos a constatar que desde 2013, (início do primeiro mandato do presidente Manoel Batista), Melgaço tem vindo a perder, não só posicionamento relativamente aos demais concelhos do Alto Minho, como também se está a distanciar do IpC médio da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, como evidenciam os dados seguintes: em 2013 (-13,20); em 2015 (-15,70); em 2017 (-17,63) e em 2019 (-18,41).

Objetivamente, estamos a empobrecer e por mais que nos queiram vender ilusões, a realidade tem vindo a tornar-se implacável.

É evidente que nos apresenta a criação da Zona Empresarial de Alvaredo como ponto forte do orçamento e com a qual, não podemos deixar de nos congratular. Aliás, desde há muitos anos que vínhamos reclamando uma nova zona industrial. Mas sabemos que os efeitos positivos gerados pela zona Empresarial só começarão a tornar-se evidentes daqui a três ou quatro anos.

E portanto não nos conformamos com este marcar passo, esta espera, este adiar de futuro na esperança de que a Zona Empresarial de Alvaredo venha a ser a panaceia de todos os nossos males, o que não será com toda a certeza.

Na verdade, o concelho de Melgaço tem potencialidades tão ricas e diversificadas que deverão ser valorizadas e promovidas de forma tão imediata quanto possível.

É por essa razão que não compreendemos que o orçamento, por exemplo, tenha esquecido, pois não faz qualquer referência, relativamente à:

- Agilização da regularização e licenciamento das explorações dos criadores de animais;





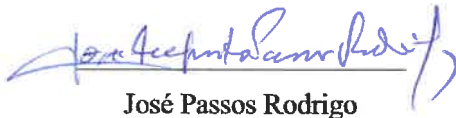
- Promoção e fomento da produção pecuária, potenciando os recursos dos nossos montes;
- Criação de uma zona caça turística em Melgaço, com as virtudes que lhe está associada;
- Criação de zona para a prática de parapente junto ao Parque eólico do alto Minho I - Sub-parque de Picos (Roussas);
- Recuperação/Reabilitação do edifício da Antiga Estação Fronteiriça de S. Gregório, entre outros

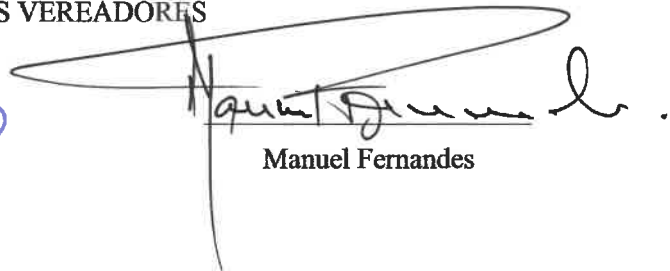
Claramente, os melgacenses foram livres na escolha que fizeram nas últimas eleições autárquicas, mas continuarão prisioneiros das consequências da decisão tomada: perda sucessiva de poder de compra, empobrecimento e “fuga” dos jovens e das famílias por ausência de uma oferta consistente de empregos.

Eis as razões, por que votamos contra.

Melgaço, 15 de dezembro de 2021.

OS VEREADORES

  
José Passos Rodrigo

  
Manuel Fernandes

